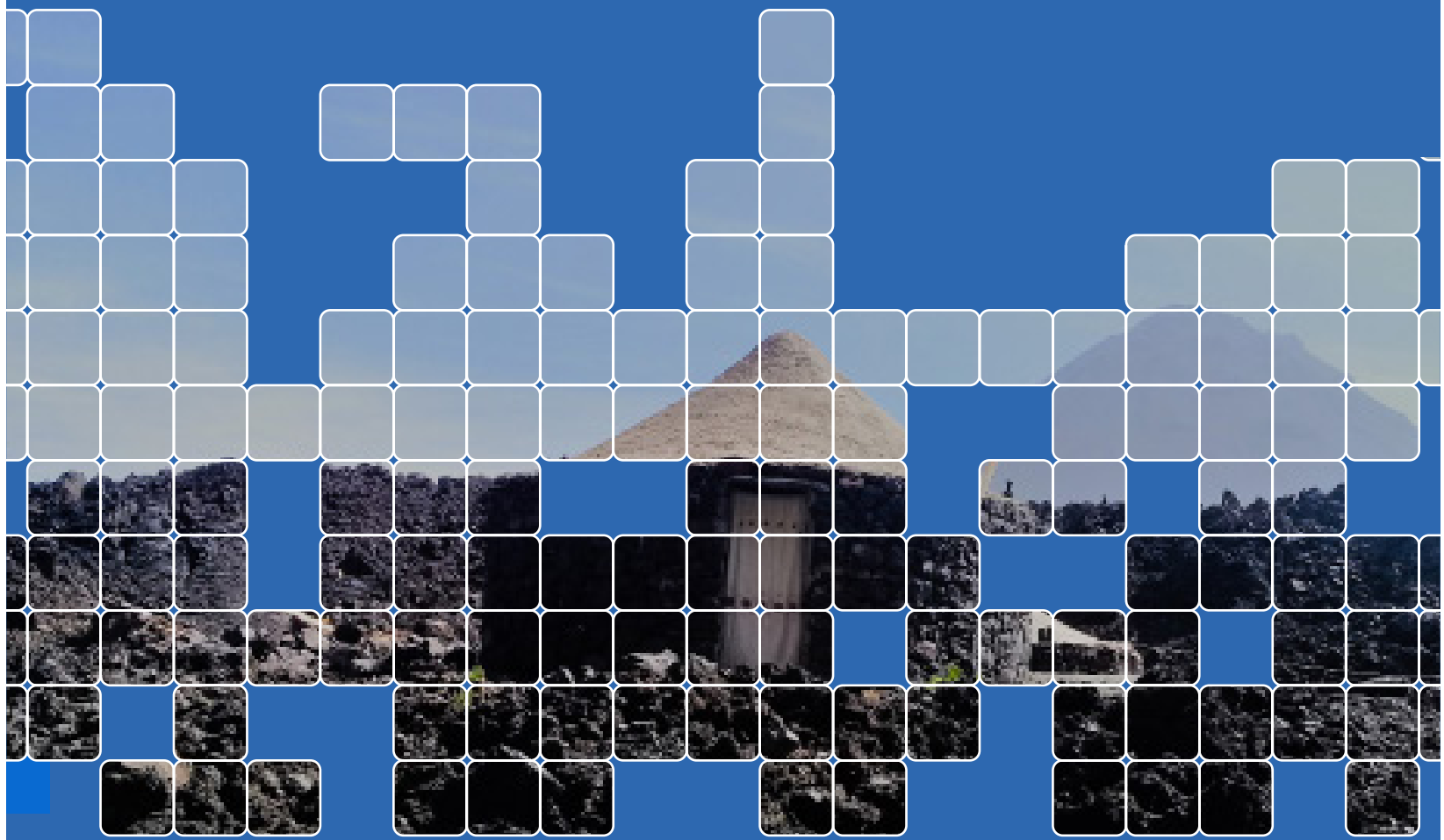
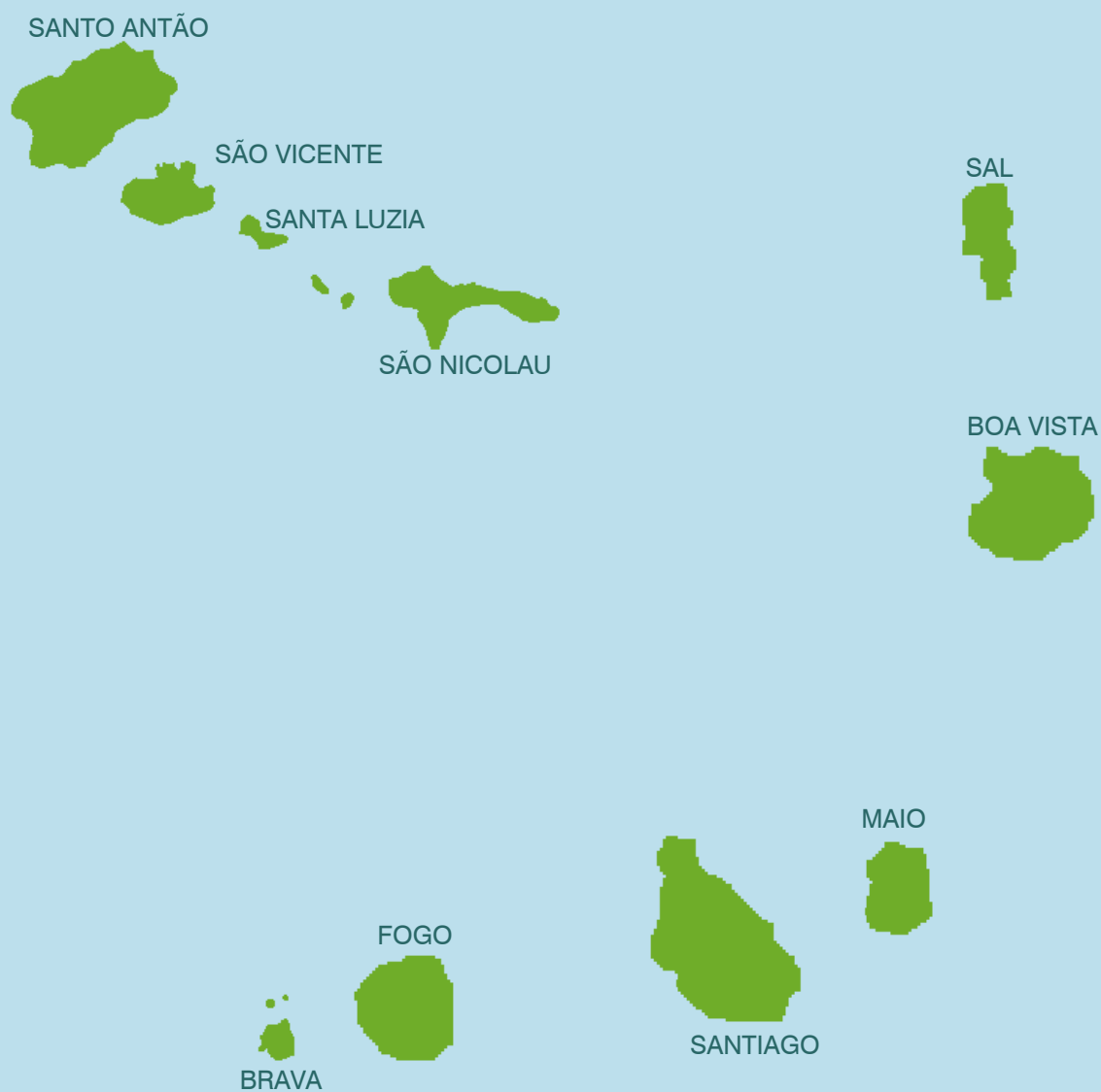


PERFIL DO SETOR DE HABITAÇÃO CABO VERDE



Ministério das Infra-Estruturas,
Ordenamento do Território e Habitação

ONU  HABITAT
POR UM MELHOR FUTURO URBANO
CABO VERDE



PERFIL DO SETOR DE HABITAÇÃO DE CABO VERDE

Elaborado pelo Governo de Cabo Verde, através do Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, MIOTH com assistência técnica da ONU-Habitat Cabo Verde.

Primeira edição publicada na cidade da Praia, Cabo Verde, por Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, MIOTH, CP 114, Ponta Belém, Cidade da Praia, Santiago, CABO VERDE, em 2019.

Produzido por: Governo de Cabo Verde, CP 304, Várzea, Cidade da Praia, Santiago, CABO VERDE Tel: (+238) 2610248 2610309 2610305

AGRADECIMENTOS

O Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação reconhece a imprescindível contribuição da ONU-Habitat e de todas as demais entidades e personalidades que colaboraram na concretização do Perfil do Setor de Habitação de Cabo Verde.

Designadamente:

- > Chefia do Governo de Cabo Verde
- > Ministério da Família e Inclusão Social (MFIS)
- > Instituto Nacional de Gestão do Território (INGT)
- > Instituto Nacional de Estatísticas (INE)
- > Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)
- > Imobiliária, Fundiária e Habitat, SA (IFH)
- > Câmaras Municipais de todo o país



CARTA DO PRIMEIRO MINISTRO

“O direito a dispor de uma habitação condigna é uma necessidade básica de qualquer ser humano pelo impacto que pode ter na sua qualidade de vida, estabilidade familiar, saúde física e psíquica”.

O Governo considera que o funcionamento mais eficiente do sector de habitação é condição fundamental, não só para a dinamização do sector imobiliário, da reabilitação urbana e das cidades, mas também para a inclusão social das famílias e mobilidade das pessoas, pelo que os seus mecanismos de dinamização devem ser progressivamente melhorados, pois as deficiências acumuladas ao longo destes anos são incompatíveis com soluções de curto prazo.

A habitação de qualquer cidadão, enquanto espaço onde o mesmo vive e nele estabelece a sua vida e desenvolve as suas relações pessoais e familiares, não se reduz ao direito a um tecto e espaço onde morar. A habitação compreende também, as condições mínimas de habitabilidade, a disposição de serviços básicos e imprescindíveis como iluminação, água, instalações sanitárias e tratamento de resíduos, qualidade ambiental, privacidade adequada e acesso a equipamentos básicos.

O direito a dispor de uma habitação condigna é uma necessidade básica de qualquer ser humano pelo impacto que pode ter na sua qualidade de vida, estabilidade familiar, saúde física e psíquica.

Trata-se, portanto, de um direito universal protegido por instrumentos jurídicos de cariz nacional e internacional, que visam a realização e protecção plena deste direito.

Para cumprimento do Programa da Habitação, o Governo de Cabo Verde através do Ministério das Infraestruturas e Ordenamento do Território realizou este estudo do Perfil do Sector da Habitação em Cabo Verde, que servirá de base para a elaboração de uma Política Nacional de Habitação. Sem este estudo não seria possível elaborar de forma realista e actual, a Política Nacional de Habitação que consolidará de maneira clara e concisa uma visão e objectivos, bem como a definição de directrizes e princípios para o desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente do sector de habitação no país.

Pela primeira vez Cabo Verde vai ser dotado de uma política e planos nacional, regional e local de habitação, com abordagens de médio e longo prazo de forma a permitir corrigir as situações actuais, responder às demandas actuais e prevenir situações futuras antecipando soluções para permitir às famílias cabo-verdianas habitações condignas em condições sustentáveis para os seus rendimentos e sustentáveis para o país, sem recurso ao endividamento excessivo.

Uma política de habitação com uma abordagem integrada que, nomeadamente considere (1) a política de rendimentos e preços em linha com os objetivos do Governo em acelerar o crescimento económico, aumentar o rendimento disponível das famílias num contexto de baixa inflação de forma a que aumentar a capacidade aquisitiva e de investimentos das famílias; (2) a política financeira do Estado, de crédito e de bonificação para reduzir os riscos e os encargos com os empréstimos para a habitação; (3) a política de incentivos fiscais, financeiros e fundiários para criar um mercado imobiliário capaz de fornecer habitações de interesse social adequadas ao perfil das famílias de baixa renda, em parceria com o Governo e com os municípios, atuando particularmente sobre os custos dos fatores; (4) a política que regula e crie um mercado de arrendamento atrativo; (5) a política de requalificação urbana e ambiental com particular incidência no acesso a redes de esgoto, de água e de eletricidade e a casas de banho, reabilitação e acabamento das casas.

Ulisses Correia e Silva
Primeiro Ministro de
Cabo Verde



CARTA DA MINISTRA

“Queremos trabalhar de forma articulada – Governo, Câmaras Municipais, sector privado, sociedade civil e parceiros internacionais – para vencer os desafios do défice habitacional...”

atingir proporções quase insustentáveis. O êxodo da população para determinadas ilhas à procura de melhores condições de vida e empregabilidade tem provocado o crescimento espontâneo de assentamentos informais e bairros clandestinos nos grandes centros urbanos, cuja infraestruturização é um imperativo.

É neste quadro que se insere o Perfil do Setor da Habitação -PSH, devidamente alinhado com o Plano Estratégico do Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde - PEDS e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS.

O Perfil foi concebido após um périplo por todas as ilhas, durante o qual foram verificadas as fragilidades em crescendo dos bairros de lata, com a proliferação de barracas, assentamentos informais e habitações sem casas de banho e com tetos em risco de desabamento.

O Governo não pretende afastar as pessoas do seu bairro nem das suas casas, mas sim proporcionar condições adequadas de habitabilidade através da infraestruturização do meio, melhorando as condições dentro e fora das habitações, conferindo-lhe maior dignidade e criando nos seus moradores o sentimento de pertença e orgulho do seu habitat.

O PSH cria as bases para a definição da Política Nacional da Habitação emanadas das orientações do programa do Governo com foco na melhoria das condições de habitabilidade dos caboverdianos, nomeadamente o Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades - PRRA.

Queremos trabalhar de forma articulada - Governo, Câmaras Municipais, sector privado, sociedade civil e parceiros internacionais - para vencer os desafios do défice habitacional, através da sensibilização e promoção da mudança de mentalidades dos residentes em assentamentos informais, tendente à melhoria progressiva e substancial da qualidade de vida dos caboverdianos.

Com este propósito, segue o PSH, que esperamos venha, efectivamente, a contribuir para o fim a que se propõe.

Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes
Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação de
Cabo Verde



PREFÁCIO

“O acesso à moradia adequada é um direito humano universal, tema central da Nova Agenda Urbana e representa a primeira meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11.”

da necessidade de se iniciar com a comunidade em si, já que a maior parte do estoque habitacional de Cabo Verde é com base na autoconstrução.

No caso de Cabo Verde, este Perfil do Setor de Habitação deve ser visto a partir do contexto mais amplo da urbanização sustentável. A Política Nacional Urbana, que é um documento orientador estratégico essencial que vem sendo elaborado em paralelo, irá fornecer o quadro legal, institucional, espacial e socioeconómico, criticamente importante para o futuro desenvolvimento do país. Este relatório com certeza irá contribuir para o desenvolvimento de tal política alinhada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS).

Estou convencida de que todos os atores relevantes do setor de habitação serão beneficiados pelas percepções oferecidas neste Perfil, especialmente para desenvolver soluções inovadoras a esta questão crítica, em relação a finanças, gestão sustentável da terra e melhor planeamento. Onde construir moradia, especialmente nas cidades, é crucial para minimizar o impacto dos desastres, reduzir os custos do desenvolvimento de infraestrutura, reduzir as desigualdades e garantir uma melhor conectividade a empregos, serviços e recreação.

Gostaria de estender a minha apreciação ao Governo de Cabo Verde, o qual financiou totalmente a assistência técnica para a elaboração deste Perfil, por seu comprometimento com a implementação da Nova Agenda Urbana e por colocar a urbanização sustentável e o direito à moradia adequada no centro da agenda de desenvolvimento do país.

Acredito firmemente que os esforços do Governo de Cabo Verde, da ONU-Habitat, e dos atores relevantes sobre a urbanização sustentável e o direito à moradia adequada em todo o país possuem um papel a cumprir no alcance do nosso objetivo comum: melhorar as condições de vida de todos os cabo-verdianos, particularmente os mais vulneráveis, sem deixar ninguém para trás.

Atendendo ao pedido do Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação do Governo de Cabo Verde, a ONU-Habitat colaborou no desenvolvimento deste Perfil do Setor da Habitação para o país. O acesso à moradia adequada é um direito humano universal e possui um papel central na Nova Agenda Urbana. É também a primeira meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11, que tem como meta tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Conforme este relatório destaca, a moradia adequada é mais do que um simples abrigo. Ela envolve o acesso aos serviços básicos, infraestrutura, espaços públicos, oportunidades sociais e económicas, segurança de posse, entre outros aspetos. Assim, proporcionar acesso à moradia adequada requer uma abordagem holística, com o desmembramento do pensamento setorial e desconectado e com o reconhecimento

Maimunah Mohd Sharif

Diretora Executiva

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)



ÍNDICE

CARTA DO PRIMEIRO MINISTRO	4
CARTA DA MINISTRA	5
PREFÁCIO.....	6
ÍNDICE	8
LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS	9
LISTA DE CAIXAS DE TEXTO.....	13
LISTA DE ACRÓNIMOS	14
SUMÁRIO EXECUTIVO	17
1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	25
2. INTRODUÇÃO AO PAÍS.....	27
3. ATORES NO SETOR DA HABITAÇÃO.....	39
4. ENQUADRAMENTO POLÍTICO E NORMATIVO.....	49
5. OFERTA E STOCK HABITACIONAL	67
6. DÉFICE HABITACIONAL, NECESSIDADE HABITACIONAL E DEMANDA POR HABITAÇÃO	89
7. FINANCIAMENTO HABITACIONAL	109
8. PLANEAMENTO URBANO E HABITAÇÃO.....	121
9. TERRENO PARA HABITAÇÃO	135
10. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	145
11. CONSTRUÇÃO E MATERIAIS	153
12. RESILIÊNCIA HABITACIONAL.....	167
13. CONCLUSÕES E PRÓXIMOS PASSOS.....	175
CARTA PARA A POLÍTICA NACIONAL DA HABITAÇÃO	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
APÊNDICES	191

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_18170

